

Conselho de Classe: espaço de análise, reflexão e avaliação do trabalho pedagógico

Marta Betanes da Silva¹

Resumo

O eixo reflexivo deste artigo é o Conselho de Classe enquanto espaço legitimador de discussão e avaliação do aproveitamento dos alunos e da turma como um todo. Enquanto órgão colegiado presente na organização da escola, tem função de buscar alternativas para a superação dos problemas de aprendizagem apresentados pelos alunos, porém não tem dado conta de modificar, bimestre após bimestre, o resultado de fracasso. Assim sendo, o artigo apresenta uma análise do Conselho de Classe de uma escola pública do município de Jaguapitã, Paraná, faz uma reflexão sobre qual a concepção de Conselho de Classe que permeia o pensamento dos professores, pedagogos e alunos da escola pesquisada, como se dá o processo de intervenção e quais os resultados alcançados após cada Conselho.

Palavras chave Conselho de Classe. Avaliação. Intervenção. Aprovação.

Abstract

The axis of this article is reflective of the Council as an area legitimized in class discussion and evaluation of the use of students and class as a whole. As a collegiate body in the organization of school function, he has to seek alternatives to overcome the problems presented by students of learning, but has not given account to modify term after term result of the failure. Therefore, the article presents an analysis of the class of a public school in the municipality of Jaguapitã, Parana, which is a reflection on the design of board of class that permeates the thinking of teachers, educators and students of the school investigated, as gives the process of intervention and what the results after each council.

Key words: Class Council. Assessment. Intervention. Approval.

Introdução

O Conselho de Classe é um órgão colegiado de gestão. Dentro da organização do trabalho pedagógico se configura como espaço que possibilita a análise do desempenho do aluno e do desempenho da própria escola de forma coletiva propondo ações e intervenções para a melhoria da aprendizagem do aluno e da prática docente. Entretanto essa não tem sido a prática da maioria das escolas, que vêem no Conselho de Classe um momento

¹ Especialista em Administração, Supervisão e Orientação Educacional. E-mail martabetanes@yahoo.com.br

apenas de aprovação e reprovação, considerando, muitas vezes, práticas fragmentárias do trabalho pedagógico. Durante o momento da discussão muitas são as análises feitas sobre as turmas e sobre o desempenho acadêmico dos alunos. São formuladas propostas para a superação dos problemas de aprendizagem, buscam-se soluções alternativas para as dificuldades que aparecem, realimenta-se o planejamento, porém no próximo Conselho de Classe, novamente, os mesmos alunos apresentam os mesmos problemas como se os indicadores de resultado do Conselho anterior e suas decisões não tivessem subsidiado a condução do planejamento. No último Conselho de Classe cabe ao colegiado dar o veredicto: aprovado, aprovado por Conselho de Classe, reprovado pelo Conselho de Classe. Esta prática está sedimentada em muitas escolas da rede pública de ensino.

Este artigo propõe uma reflexão sobre o Conselho de Classe, seu conceito, objetivo, sua organização e seu caráter avaliativo voltado para o redimensionamento da ação pedagógica e a pouca interferência destas ações na recuperação da aprendizagem do aluno, a fim de contribuir para que o resultado alcançado seja outro. A idéia do estudo deste tema surgiu da necessidade de compreender por que os Conselhos de Classe realizados bimestralmente não alteram os resultados finais dos alunos.

O *locus* da pesquisa se deteve na Escola Estadual Dr. Waldemiro Pedroso – Ensino Fundamental, do município de Jaguapitã – Paraná, no período de 2006 a 2008. Para a obtenção dos dados foram utilizadas entrevistas com professores, pedagogos e alunos e feita a análise da Ficha de Acompanhamento Bimestral, preenchida pelos professores da escola juntamente com o pedagogo. A pesquisa privilegiou técnicas qualitativas porque parte do pressuposto de procurar a explicação para os resultados finais da escola, a partir do alto índice de aluno reprovado ou aprovado por Conselho de Classe.

A literatura relativa ao Conselho de Classe é escassa. Dentre os muitos temas que ocupam a atenção dos nossos teóricos educacionais, o Conselho de Classe não tem ocupado lugar de destaque, porém o material escrito sobre o mesmo foi de suma importância para compreender a organização desta instância colegiada e o seu funcionamento. Uma vez que o Conselho de Classe tem uma função importante no processo avaliativo do aluno e que sua prática não tem alterado os resultados no final do ano letivo, fez-se necessário buscar

informações para, assim, fundamentar o estudo. À luz da teoria foi possível analisar o Conselho de Classe, sua importância para o processo de aprendizagem e as implicações para a vida do aluno, quando as propostas de intervenção não dão conta do resultado levando o mesmo à reprovação e ao fracasso escolar. Se o Conselho é um espaço democrático de avaliação coletiva, questionamos: como garantir que esse mesmo espaço promova resultados concretos e garanta a aprendizagem do aluno? O problema estaria nas avaliações? A escola adota um modelo de avaliação no Projeto Político Pedagógico e os professores na sua maioria praticam outro? O problema estaria nas intervenções? Professores e pedagogos definem ações para a superação dos problemas de aprendizagem, registram em ata e, após o Conselho não aplicam as mudanças metodológicas e caem na rotina didática? Ou o professor assume com responsabilidade as intervenções e não encontra público interessado em aprender? É claro que estas são algumas das hipóteses. Poderíamos enumerar outras.

Diante de um quadro em que, a escola, espaço que deveria promover a ascensão social pelo conhecimento, tem sido uma instituição que está favorecendo a exclusão, não por conta de sua organização, mas por conta de sua prática, urge aproximar os objetivos do Conselho de Classe, os resultados obtidos, e, buscar as causas desta situação de descrédito deste órgão colegiado, propondo ações pautadas na responsabilidade de todos.

O que é o Conselho de Classe?

Embora o Conselho de Classe tenha surgido na França (Rocha, 1984) e sua implantação no Brasil, inicialmente tenha sido voluntária e depois determinada por portarias e deliberações a fim de avaliar o resultado do aluno de forma coletiva, ainda hoje esse Conselho, embora teoricamente deva servir a este propósito, o que se observa é outra perspectiva. Os Conselhos de Classe têm-se constituído em espaço legitimador da exclusão dos alunos das classes populares da escola. Isso pode ser observado quando se analisa o resultado final e observa-se o grande número de alunos de uma mesma série que foram retidos e se não foram, garantiram a aprovação por este mesmo Conselho. Mas afinal o que é Conselho de Classe? Iniciemos pela conceituação. Rocha (1984) assim conceitua:

O Conselho de Classe é uma reunião dos professores da turma com múltiplos objetivos, entre outros destacamos: avaliar o aproveitamento dos alunos e da turma como um todo; chegar a um conhecimento mais profundo do aluno e promover a integração dos professores e de outros elementos da equipe da escola". (ROCHA, 1984, p. 9)

Neste primeiro conceito já se observa a forma conjunta e colaborativa dos integrantes da escola nesse espaço avaliativo que é o Conselho de Classe. O magistério talvez seja a profissão que mais reúna, num mesmo grupo, diferentes personalidades vindas das mais variadas classes sociais para adquirir conhecimentos transmitidos por alguns profissionais do ramo. Por isso o atendimento individual muitas vezes se perde. É nesse aspecto que o Conselho de Classe ganha importância porque reúne informações que muitas vezes passam despercebidas por alguns e que são fundamentais para o entendimento da situação escolar do educando. Sant' Anna (1995) define Conselho:

É uma atividade que reúne um grupo de professores da mesma série visando em conjunto chegar a um conhecimento mais sistemático da turma, bem como acompanhar e avaliar cada aluno individualmente, através de reuniões periódicas. (SANT' ANNA, 1995, p. 88)

As reuniões do Conselho de Classe devem ser entendidas como fonte de informações, como acréscimo de conhecimentos que auxiliarão o educador na compreensão do processo de aprendizagem. Cruz (1995) vai um pouco mais além. Aproxima o conceito de conselho ao conceito de avaliação.

Assim, o conselho de classe: É o momento de uma avaliação diagnóstica da ação pedagógica – educativa feito pelos professores e alunos (em momentos distintos, às vezes) à luz do Marco Operativo da Escola. (CRUZ, 1995, p. 117)

O conceito apresentado por Cruz traduz dois momentos importantes. O primeiro é que o Conselho de Classe é um momento de avaliar diagnosticamente o trabalho coletivo a partir de um referencial e em determinado tempo. O segundo é que ele deve subsidiar as ações e o Projeto Político Pedagógico, onde no marco operativo estão descritos os objetivos que se pretende alcançar. Portanto é uma reflexão conjunta da ação pedagógica na vida da escola.

Dalben (2004), estudiosa do assunto, com o maior referencial teórico assim conceitua:

O Conselho de Classe é um órgão colegiado, presente na organização escolar, em que vários professores das diversas disciplinas, juntamente com os coordenadores pedagógicos, ou mesmo os supervisores e orientadores educacionais, reúnem-se para refletir e avaliar o desempenho pedagógico dos alunos das diversas turmas, séries ou ciclos. (p. 31)

Vasconcellos (1994, p. 72-3) afirma que os Conselhos de Classe podem ser importantes estratégias na busca de alternativas para a superação dos problemas pedagógicos, comunitários e administrativos da escola. São organizados através de reuniões durante o ano onde devem participar professores, pedagogos, direção, alunos ou seus representantes, auxiliares de disciplina e pais, a fim de ter uma visão de conjunto e o seu enfoque principal deve ser o processo educativo. Nessa reunião devem ser apontadas as necessidades de mudança em todos os aspectos da escola, devem ser tomadas providências, registradas e avaliadas no Conselho seguinte.

Libâneo(2004) também define Conselho de Classe:

O conselho de classe é um órgão colegiado composto pelos professores da classe, por representantes dos alunos e em alguns casos, dos pais. É a instância que permite acompanhamento dos alunos, visando a um conhecimento mais minucioso da turma e de cada um e análise do desempenho do professor com base nos resultados alcançados. Tem a responsabilidade de formular propostas referentes à ação educativa, facilitar e ampliar as relações mútuas entre os professores, pais e alunos, e incentivar projetos de investigação. (p. 303)

Libâneo, como os demais, conceitua o Conselho atentando para a responsabilidade que este órgão colegiado tem de formular propostas com base educativa que garantam uma relação cordial entre professores, alunos e pais.

Conselho de Classe e Avaliação

Embora haja uma escassa bibliografia sobre a importância dos Conselhos de Classe nas unidades escolares, muitos dos conceitos citados pertencem especificamente a literatura sobre avaliação do trabalho

pedagógico.

Através de uma leitura mais reflexiva sobre o Conselho de Classe observa-se que ele é importante considerando a amplitude de sua ação que é avaliar. Avaliar o aluno, avaliar o professor, avaliar a escola como um todo. Sendo assim é muito pertinente o conceito de conselho apontado por Cruz (1995): avaliação diagnóstica da própria avaliação praticada na sala de aula, em suas diversas representações. Então os Conselhos de Classe representam uma instância privilegiada e oferecem a oportunidade de discutir e avaliar o trabalho de toda a equipe escolar e a situação do aluno naquele momento.

Ao conceituar o Conselho de Classe há uma defesa pontual da avaliação. Nessa perspectiva, essa avaliação conjunta dos professores remete a uma prática de trabalho coletivo norteada por uma proposta comum. Essa proposta comum está intrinsecamente ligada à avaliação e sua concepção no interior da proposta pedagógica curricular de cada disciplina definida pelo grupo de professores. A concretização de um projeto de avaliação baseado na análise do desempenho a fim de garantir que os objetivos sejam alcançados, deve ser comungada por todos os profissionais que trabalham na unidade escolar. As reuniões de Conselho de Classe parecem ser um dos poucos espaços em que as diferentes visões de ensino e de mundo se encontram, porém nesse momento do cotidiano escolar, estas visões diferentes não têm encontrado espaço para se confrontarem e deste confronto emergir uma proposta articulada de trabalho, aproximando a avaliação que se pratica no interior de sala de aula à avaliação discutida no Conselho de Classe. E, se o processo não é feito com responsabilidade profissional de todos, como garantir que o resultado seja eficiente? Paro (2001, p. 39) acredita neste princípio:

Em educação, é pela realização de um bom processo que se podem aumentar as probabilidades de realização de um bom produto; daí a importância da constante e adequada avaliação desse processo.

O tipo de avaliação que se pratica na escola deve ser assumido com responsabilidade a partir dos princípios da justiça e da igualdade, pois é no interior do processo que se realiza a formação humana de cujo êxito depende o futuro do indivíduo e também o da sociedade.

Conselho de Classe como órgão de integração

O termo “Órgão Colegiado” é citado por mais de um autor. Compreende que não é formado somente pelo diretor, pelo contrário, é constituído por todos os professores da turma, por pedagogos, diretor e em alguns lugares por pais, alunos ou representantes de alunos. A representatividade desta forma é conjunta e coletiva. A todos é dado o direito de participação. Cada um pode e deve contribuir na análise, discussão, reflexão e avaliação dos resultados da sala de aula em relação ao desempenho do aluno, do desempenho do professor e da escola. O trabalho coletivo deve fazer parte desse momento, pois o seu resultado será melhor quanto maior for a integração entre os seus membros. A participação efetiva de professores, pedagogos e direção permite que se desenvolva um processo educativo de reflexão e discussão coletiva sobre a prática de toda escola possibilitando uma visão de conjunto e como se dá a construção do projeto pedagógico abordado por Cruz (1995). Embora nesse coletivo nem sempre o aluno se faz presente. No entanto, é dele e sobre ele que será falado. Ele é a figura central, presente por meio dos resultados positivos ou negativos. Rocha (1984 p. 28) afirma que:

O grande potencial educativo do Conselho de Classe está no fato de constituir, dentro do processo educacional, o principal instrumento a ser utilizado para atingir uma maior participação dos professores.

Este aspecto de integração é essencial, pois é no Conselho que os professores de ensino fundamental e médio encontram seus pares e discutem problemas pertinentes ao trabalho de sala de aula. Esta participação dos envolvidos no processo educativo é importante por razões didáticas e por realização pessoal.

Conselho de Classe e sua organização

O Conselho de Classe é um órgão deliberativo e configura por ser um espaço de análise e de tomada de decisões sobre o trabalho pedagógico. E tendo esta característica, Dalben (2004), enumera algumas preocupações que devem estar presentes organização do conselho:

é órgão deliberativo sobre: a) objetivos de ensino a serem

alcançados; b) uso de metodologias e estratégias de ensino; c) critérios de seleção de conteúdos curriculares; d) projetos coletivos de ensino e atividades; e) formas, critérios e instrumentos de avaliação utilizados para o conhecimento do aluno; f) formas de acompanhamento dos alunos em seu percurso nos ciclos; g) critérios para apreciação dos alunos ao final dos ciclos; h) elaboração de fichas de registro do desempenho do aluno para o acompanhamento no decorrer dos ciclos e para informação aos pais; i) formas de relacionamento com a família; j) propostas curriculares alternativas para os alunos com dificuldades específicas; l) adaptações curriculares para alunos portadores de necessidades educativas especiais; m) propostas de organização dos estudos complementares. (p. 33)

O Conselho de Classe deve primar pela autenticidade na busca do melhor resultado para o aluno em questão. As informações passadas nas reuniões devem ser estudadas, pesquisadas e avaliadas antes de qualquer tomada de decisão. E todo processo adotado deve ter continuidade e ser objeto de análise. Através da relação das deliberações citadas por Dalben (2004) realmente constata-se que este órgão é um espaço prioritário de discussão pedagógica que na verdade não termina no mesmo dia, nem começa no mesmo dia, requer um acompanhamento anterior e um atendimento posterior onde o professor, em conjunto com o pedagogo, realimenta o planejamento, seleciona o conteúdo e prepara uma metodologia capaz de estimular o desenvolvimento intelectual do aluno. O trabalho pedagógico exige justamente isso: diagnóstico da realidade da aprendizagem, planejamento, ação, avaliação, replanejamento continuamente. A atividade pedagógica é uma roda viva. Exige do profissional uma ação dinâmica sobre a aprendizagem do aluno, a fim de superar as distâncias entre a cultura do aluno e o conhecimento.

(...)os processos de avaliação/reflexão da prática apóiam-se na inter-relação permanente entre professor-aluno-conhecimento, denominada aqui de interestruturação. A finalidade do processo de avaliação é realizar uma investigação contínua da realidade para melhor conhecê-la e entendê-la cabendo aos educadores o papel de captar essa totalidade de relações, coletando dados e informações sobre o desenvolvimento dos alunos e cuidadosamente, registrando suas necessidades e possibilidades. (DALBEN, 2004, p. 72)

Pode-se observar que não é de uma prática burocrática que Dalben está se referindo. Esta também existe na escola quando as ações dos profissionais são desvinculadas da sua responsabilidade docente. É de uma prática que busque nos resultados dos dados investigativos um investimento pedagógico que altere os encaminhamentos didáticos para mudar este referencial diagnosticado. Desta forma, no dia do Conselho, com base nos dados desta análise anterior e com o seu grupo coletivo fazem a avaliação do desempenho do seu aluno, turma, propõe encaminhamentos comuns, individuais, realimentam o planejamento, não de forma fragmentada, isolada, distante do pedagógico, como se o tempo que parasse para pensar no seu aluno fosse tempo perdido. Mas, ao contrário, vêem nessa prática o seu caráter pedagógico ligado ao ato de ensinar e ao ato de aprender. A reflexão que se faz é que se o Conselho de Classe, na sua organização conta com um arsenal de funções tão amplo, então porque não dá conta de mudar os resultados? Seria a prática do Conselho uma prática mecânica onde as discussões são superficiais e as propostas de solução são apenas clichês para serem registrados em atas a fim de atender exigências burocráticas, com pouca consequência prática no sentido de melhorar o ensino ofertado?

Repensar o sentido que o Conselho de Classe assumiu no processo escolar, constitui caminho para análise e possível redirecionamento do projeto pedagógico da escola. Assim, o repensar crítico sobre o Conselho deve estar relacionado ao próprio projeto educacional. Isso implica em um posicionamento político. Nesse sentido, o movimento a ser considerado são as implicações que o Conselho de Classe traz para o processo de aprendizagem, tanto a teoria que vem informando os educadores como a legislação que normatiza este órgão.

A reflexão do professor, do pedagogo e do gestor sobre o seu próprio trabalho será o melhor instrumento de aprendizagem e é essa nova atitude desses profissionais da educação que trará um novo significado às práticas do Conselho de Classe.

Na verdade o Conselho de Classe é uma oportunidade ímpar que possuem os envolvidos com a aprendizagem, pois além da liberdade que cada um tem de expor suas impressões, ainda são encorajados pelos pares que ao longo da discussão vão apresentando argumentos para a soma do resultado ou a busca do melhor caminho. Só o que não pode faltar em cada membro desse

Conselho é o comprometimento com a causa e a justiça na tomada de decisão.

A escola em estudo

A escola em estudo pertence à rede pública estadual. No início de 2008, data de início da pesquisa a escola contava com 897 alunos matriculados sendo 412 do período matutino, 357 do período vespertino e 128 são alunos matriculados no noturno numa faixa etária que varia entre dez e dezesseis anos distribuídos nos três turnos. Por ser essa a única escola pública que atende a 2ª etapa do ensino fundamental 5ª a 8ª série, ela abrange todas as classes sociais do município e dentro de suas limitações, enfrenta um conjunto de dificuldades relacionais e de aquisição de conhecimentos.

A escola está organizada da seguinte maneira: conselho escolar; direção e direção auxiliar; professores e alunos; conselho de classe e equipe pedagógica; secretaria, auxiliar administrativo, biblioteca e serviços gerais; Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF).

Para distribuir esses alunos nas turmas em primeiro lugar consideram-se a idade, depois a repetência e as multirrepetências, ficando numa mesma sala alunos egressos da turma anterior e alunos repetentes considerando a mesma porcentagem de meninos e meninas, salvo casos específicos conforme análise da equipe pedagógica ou solicitação do corpo docente em Conselho de Classe.

A distribuição de aulas segue classificação conforme Resolução Estadual da Secretaria de Estado da Educação. Para atender a parte pedagógica há na escola uma demanda de cem horas divididas entre três professoras pedagogas; duas que atuam no período da manhã e da tarde e uma que atende o período noturno.

O corpo docente da escola em 2008 é formado por 21 professores efetivos e 13 professores contratados pelo processo seletivo simplificado. Há uma diretora e uma diretora auxiliar.

O planejamento executado pela escola é semestral, porém é realimentado após cada Conselho de Classe considerando as intervenções propostas pelos professores durante o Conselho. Para o planejamento das aulas, estudo, leitura, o professor tem hora atividade e nesse momento ele planeja, estuda, e desenvolve suas aulas partindo do plano semestral. As

metodologias aplicadas nem sempre conseguem atingir a maioria dos alunos e envolvê-los nas atividades propostas e isso leva o professor à busca de métodos diferenciados na tentativa de despertar o interesse e a participação dos alunos, ainda que de forma individual em cada disciplina, muitas vezes sem clareza de uma linha teórica que a fundamente.

Os conteúdos são distribuídos por disciplina, obedecendo ao disposto das Diretrizes Curriculares organizados de maneira seqüencial, dando maior ênfase na assimilação de conteúdos.

O sistema de avaliação proposto é de um processo diagnóstico semestral, onde o professor avalia 8,0 pontos através de instrumentos diversos de avaliação e os outros 2,0 pontos são atribuídos pelo Conselho de Classe, através da análise de uma ficha de acompanhamento bimestral que avalia o desenvolvimento intelectual, a organização pessoal e o relacionamento do aluno. A definição dos 2,0 pontos é feita apenas no final de cada semestre.

A escola sendo a maior fonte de cultura do município é pouco valorizada pela sociedade em geral a começar da própria família. A falta de conscientização de muitos pais na educação dos filhos, o desemprego e a passividade do cidadão na exigência de seus direitos e cumprimento dos seus deveres são dados observados constantemente nos atendimentos feitos pela direção e pelas pedagogas. Através do acompanhamento mensal da freqüência feita pelas pedagogas e pelo comunicado aos pais, observa-se a necessidade de constantemente a escola ter de recorrer ao Conselho Tutelar para que interceda junto à família a fim de garantir o direito do aluno a freqüência e o aproveitamento escolar. Mesmo assim é uma ação mais coercitiva do que educativa e seu resultado é mínimo diante dos resultados de repetência e evasão.

Os dados estatísticos

As estatísticas do ano de 2005 e 2006 evidenciam um resultado preocupante. Em 2005 observe que de 109 alunos matriculados nas 5ª séries do período da manhã, 63 alunos foram aprovados, 18 alunos foram aprovados pelo Conselho de Classe e 22 alunos reprovados. As 5ª séries do período da tarde no ano de 2005 tiveram o seguinte resultado: 150 alunos matriculados, 58 alunos aprovados, 31 aprovados por Conselho de Classe e 43 reprovados. À noite a situação foi um pouco pior. Dos 31 alunos matriculados, 22

abandonaram a escola, 1 aluno foi aprovado por mérito próprio, 3 alunos aprovados por conselho de classe e 5 reprovados.

Veja o desempenho das 6ª séries no ano de 2005. No período matutino 107 alunos matriculados, 56 alunos aprovados, 16 aprovados por Conselho de Classe e 25 reprovados. No período vespertino, 128 alunos matriculados, 59 aprovados, 13 por Conselho de Classe e 25 reprovados, considerando também que houve evasão de 6 alunos desta série. O período noturno 28 alunos matriculados, 15 abandono, 1 aluno aprovado, 1 alunos aprovado por conselho de classe e 9 reprovados.

Observe agora o ano de 2006 estas mesmas séries. 5ª série período matutino: 115 alunos matriculados, 56 aprovados por nota, 20 aprovados por Conselho de Classe, 29 alunos reprovados. O período vespertino: 131 alunos, 44 aprovados por nota, 28 aprovados pelo Conselho de Classe, 25 reprovados. O período noturno: 17 matriculados, 01 aprovado por nota, nenhum aprovado por Conselho de Classe e 3 reprovados, 12 alunos abandonaram a escola.

Analise o resultado das 6ª séries de 2006. Período matutino: 114 alunos, 56 aprovados por nota, 25 aprovados por Conselho de Classe, 26 reprovados. O período da tarde: 119 matriculados, 41 aprovados, 23 aprovados por Conselho de Classe, 34 reprovados por nota e 7 abandonos. O período noturno 41 alunos matriculados, 1 aluno aprovado por nota, 3 aprovados pelo Conselho de Classe e 30 evadidos. Estes são dados gerais de apenas 5ª e 6ª série desta escola, porém as 7ª e 8ª séries, a realidade não é muito diferente nesta escola.

Como se dá aprovação nesta escola? A aprovação se dá pelo cálculo de médias semestrais atingidas pelo aluno ou por análise e definição do Conselho de Classe. A ênfase para a aprovação está no crescimento pessoal do aluno, em detrimento dos objetivos das disciplinas nas séries. A realidade de cada turma, turno e formação do professor favorecem a diferença de aprendizagem na aprovação do aluno, ocasionando baixa qualidade na aprovação e defasagem na série seguinte.

Diante da análise da estatística de resultados verifica-se alto índice de evasão no período noturno, constatando-se, que em sua maioria são alunos fora da idade/série e trabalhadores, com multirrepetências e que priorizam outros aspectos de sua vida. O trabalho do professor nestas turmas fica prejudicado diante do rodízio de alunos nas aulas em função das faltas dos

mesmos.

Os índices demonstram um aumento na aprovação, mas não se percebe na realidade uma melhora na qualidade de aprovação. Analisando a ficha mais atentamente observa-se que os alunos que foram citados em 2005 com problemas na leitura, escrita e compreensão nas disciplinas de história, ciências, no ano de 2006, estes mesmos alunos observados deixaram de ser citados nestas disciplinas e passaram a apresentar os mesmos problemas nas disciplinas de língua portuguesa e geografia, além de matemática. Observa-se assim que a falta de clareza na definição dos indicadores e a falta de critérios dos profissionais ao avaliar diariamente estes indicadores definidos no coletivo assim como as propostas de intervenção para superar as dificuldades merecem mais atenção por parte do coletivo. Um outro fator que prejudica é o fato de que muitas vezes diante de resultados insatisfatórios em determinadas turmas em virtude da defasagem de aprendizagem, aprova-se o aluno pelo crescimento, mesmo sem atingir os objetivos da série. É um problema que necessita de enfrentamento urgente com ações integradas entre gestão, equipe pedagógica, professores, alunos e pais. A função da escola é garantir que o aluno aprenda e é no Conselho que isso deve ficar claro para todos. A reunião que acontece bimestralmente deve avaliar o trabalho docente, analisar o resultado discente e buscar alternativas para garantir aprendizagens. Apesar de o Conselho discutir os problemas pertinentes à aprendizagem e propor intervenções para a superação dos resultados muitas ações ainda devem ser feitas a fim de garantir aprendizagem para todos.

Este é um quadro que muito tem preocupado direção, professores e pedagogos da escola. No início do ano letivo é analisado, estudado e muitas propostas de intervenção são sugeridas, porém há de se dedicar mais estudo para minimizar estes problemas e garantir a melhoria da aprendizagem do aluno sem que o mesmo dependa da decisão do conselho para seguir para a série seguinte.

Como é o Conselho de Classe da escola pesquisada

A escola em estudo, em seu Conselho de Classe, conta com uma ficha de acompanhamento preenchida previamente pelos professores na semana que antecede o Conselho. Observa-se pela análise dessa ficha, a dificuldade que muitos professores apresentam na prática cotidiana em decorrência do

emprego de instrumentos avaliativos diferenciados. Percebe-se que, observando atentamente a ficha há uma falta de coerência entre os critérios de avaliação adotados pelos diferentes professores ao indicar na ficha, os itens referentes a leitura, escrita e compreensão. Na maioria das turmas analisadas, há certa distância entre estes critérios, onde alguns professores citam os alunos porque não conseguem ler com fluência, apresentam problemas na oralidade e devem ser trabalhados, não compreendem o que pede o enunciado de um exercício e não identificam a idéia central do texto. Porém este mesmo aluno em outras disciplinas não é citado, como se a dificuldade dele não existisse, ou melhor, não dominar a leitura, escrita e não entender os enunciados são apenas detalhes que não são registrados por alguns professores por não considerar importante ou por não diagnosticar isso nas avaliações. Onde está o nó dessa desarmonia avaliativa? No excesso de alguns professores ou na falta de zelo de outros?

Ao iniciar o Conselho as pedagogas entregam uma cópia da ficha de acompanhamento bimestral das turmas em análise para os professores. Na escola pesquisada os professores se reúnem por série e por turno. Assim no período da manhã se encontram no mesmo Conselho todos os professores de quinta série do período da manhã. Inicialmente os professores traçam o perfil das turmas. Em seguida com a ficha na mão iniciam a análise da mesma observando onde há a concentração de dificuldade. Ao mesmo tempo fazem uma análise comparativa entre as turmas, observando se há distância entre o desenvolvimento intelectual e a formação pessoal. Detectadas as fragilidades dos indicadores presentes na ficha, são feitas reflexões e diante da análise e dos problemas levantados, muitos professores justificam o baixo nível de aprendizagem pelo desinteresse dos alunos, pela falta de perspectiva de futuro, pelo não envolvimento nas aulas e pela não realização das atividades propostas por parte de muitos alunos. Estes fatores necessitam de um diagnóstico individual, pois as causas em algumas situações são do processo de ensino, e em outras por distúrbios ou disfunções de aprendizagem. Outro indicador analisado é o problema disciplinar que os alunos vêm demonstrando cada vez mais ao deixar de executar regras, assim como respeitar colegas e professores, conseqüência essa, da falta de acompanhamento e limites claros e firmes.

Concluída essa análise os professores propõem encaminhamentos

comuns para os problemas detectados na ficha que devem ser superados. Essas ações que devem ser aplicadas por todos e estão ligadas à dificuldade de leitura, escrita e compreensão, problemas quanto a execução de tarefas, relacionamento e normas. Em seguida cada disciplina faz a sua proposta de intervenção para superar a dificuldade que o aluno encontra na mesma. Fica para o último momento as solicitações feitas pelos professores para a equipe pedagógica e direção sobre encaminhamentos referentes aos alunos que apresentam problemas nos itens presentes na ficha referentes a normas, relacionamento.

Assim que termina o Conselho cada professor conselheiro agenda uma data para apresentar aos pais o resultado do aproveitamento escolar do filho. Nesta reunião o professor com a ficha de acompanhamento bimestral apresenta os resultados da turma e entrega um boletim diagnóstico onde consta o desenvolvimento intelectual do aluno e informativos sobre o seu desempenho em sala de aula. Há também neste boletim solicitação aos pais no processo de intervenção para a superação das dificuldades, caso o aluno necessite.

As pedagogas elaboram um quadro contendo um resumo das ações que devem ser implementadas ao longo do bimestre. Essa ação permite que a equipe escolar procure novos caminhos e estabeleça outras ações, para que todos tenham oportunidade de aprender, garantindo o direito do aluno a um ensino de qualidade e o cumprimento da função social da escola.

A voz dos professores, pedagogos e alunos diante do Conselho de Classe

Para subsidiar essa reflexão foi feita uma pesquisa junto aos 44 professores, 3 pedagogos e 30 alunos da escola pesquisada. 100% dos questionários foram respondidos e devolvidos. O objetivo da pesquisa foi justamente verificar qual é a concepção de Conselho de Classe dos envolvidos no processo educacional no seu âmbito de competência, qual o seu papel, e se estão alcançando os objetivos da forma como este órgão colegiado está organizado.

A voz dos professores

Dos 34 professores entrevistados, 21 pertenciam ao quadro próprio do magistério e 13 são professores contratados pelo Processo de Seleção Simplificado (PSS)

O questionário era composto por 5 questões referentes ao conceito, organização e funcionalidade do Conselho de Classe.

Ao analisar a primeira questão quanto a concepção de Conselho de Classe percebe-se que a maioria dos professores entende que o Conselho de Classe é o momento mais apropriado para se avaliar o trabalho desenvolvido, buscando nas experiências dos outros a solução para as dificuldades apresentadas no decorrer do processo. Para dezesseis professores entrevistados o Conselho de Classe é uma reunião para avaliar o resultado do trabalho. É interessante observar que ao definir Conselho de Classe muitos apontaram o Conselho como um momento de avaliação do próprio trabalho a partir do desempenho do aluno.

Professor P " momento em que o educador pode avaliar o resultado do seu trabalho analisando o desempenho do aluno "

Professor C "momento que vamos avaliar o resultado do nosso trabalho e aprendizagem do aluno".

Professor I 1 "momento em que avaliamos como está o nosso trabalho em sala de aula e quais as intervenções que devem ser feitas para sanar as dificuldades dos alunos"

Professor I 2 "momento de fundamental importância para a prática docente, pois podemos repensar a nossa prática e buscar soluções em conjunto".

Professor EF "de suma importância, pois avalia não só o aluno, mas o processo, envolvendo o docente e o discente".

Para onze deles o Conselho é uma reunião que verifica se houve aprendizagem e analisa as dificuldades da turma a fim de propor intervenções.

Professor G "é nele que o corpo docente se reúne para discutir de que forma está a aprendizagem e cria maneiras e métodos mais eficazes para

superar as dificuldades dos alunos”.

Professor EF 2 “analisar a situação real do aluno para se fazer intervenções se necessário”.

Para os demais entrevistados o Conselho é uma reunião para analisar o aluno e para uma troca de informações. Pode-se observar que os professores entrevistados têm convicção da importância do Conselho, porém é preciso aproximar esta listagem de conceitos com a prática cotidiana, considerando que o objetivo desta análise é diagnosticar porque os Conselhos são inoperantes nos resultados. Isso será apresentado mais adiante.

Ao concluir a análise da questão 1, constata-se que embora alguns dos entrevistados não responderam a questão, muitos professores entendem que o Conselho de Classe é uma reunião importante com o intuito de avaliar o trabalho docente, com vistas para a melhoria da aprendizagem do aluno, porém, nenhum dos entrevistados apresentou no conceito de Conselho de Classe reunião com professores, equipe pedagógica e direção. Interessante observar que a equipe pedagógica assim como a direção que preside o Conselho não tem participação nas concepções apresentadas pelo corpo docente nesta primeira questão.

A segunda questão tinha como objetivo analisar qual é o papel do Conselho de Classe no processo de avaliação do aluno e da escola.

No processo de avaliação dos alunos, as respostas dos professores foram bastante variadas prevalecendo a idéia de que o papel do Conselho de Classe no processo de avaliação do aluno é analisar o aluno e diante das dificuldades detectadas propor encaminhamentos para sanar os problemas de aprendizagem.

Algumas frases ilustram a idéia de que o papel do conselho no processo de avaliação do aluno é analisar o aluno e encaminhar.

Professor P “ analisar e definir encaminhamentos comuns para que o aluno supere sua dificuldade”.

Professor EF1 “detectar lacunas na aprendizagem deste e solucioná-las objetivando maior aproveitamento e avanço”.

Professor EF 2 “verificar as dificuldades do aluno e buscar alternativas na superação dos problemas”.

Na verdade, pelas respostas percebe-se que o papel do Conselho no processo de avaliação do aluno é analisar a sua aprendizagem e buscar soluções para as dificuldades encontradas no decorrer do processo. Novamente as respostas são assertivas e se aproximam dos conceitos dos teóricos que em outras palavras apontam para finalidade do Conselho como sendo um espaço de análise, discussão e encaminhamento de propostas para a superação do resultado.

No processo de avaliação da escola as respostas foram bastante variadas: buscar melhorias no ensino, avaliar o trabalho pedagógico, verificar o trabalho do aluno e do professor, verificar o nível dos educadores e da escola, acompanhar o desenvolvimento do aluno, mudar a partir dos resultados. Embora as respostas sejam bastante variadas, percebe-se que a preocupação é com a avaliação tanto do professor quanto do aluno.

Professor P *“diante dos resultado avalia-se o trabalho pedagógico e verifica-se como e porque está interferindo na aprendizagem”*.

Professor C *“dar subsídios aos professores, alunos e pais diante do levantamento de problemas”*.

Professor C 2 *“verificar se todos os envolvidos estão atendendo aos objetivos propostos”*.

Professor I *“colaborar para que os alunos tenham garantido o seu direito de aprender e superar dificuldades”*.

Professor EF 2 *“ajudar os professores a rever seus métodos, sua forma de avaliar”*.

Entende-se que todos confiam e esperam que a escola ou sua parte administrativa e pedagógica seja um auxílio no trabalho do professor em sala de aula, subsidiando e apoiando as mudanças necessárias ao bom andamento do trabalho, numa espécie de cumplicidade mútua nas explicações sobre o que não deu resultado.

A terceira pergunta feita faz referência à ficha de acompanhamento bimestral, preenchida na semana que antecede o Conselho. Cada professor, durante sua hora atividade preenche com o pedagogo a Ficha de Acompanhamento Bimestral de seus alunos por turma. O objetivo desta ficha é fazer um levantamento diagnóstico sobre o desempenho do aluno no campo do

desenvolvimento intelectual (leitura, escrita e compreensão, aprendizagem, tarefas), organização pessoal (autonomia, organização, atenção e concentração) e relacionamento (professor, colegas e normas) antes do Conselho de Classe. Os indicadores presentes na ficha são definidos anualmente pelos professores, equipe pedagógica e direção. Durante o Conselho de Classe os membros do colegiado fazem uma análise da ficha apontando as dificuldades da turma, seu perfil. Diante desta análise são definidas intervenções necessárias ao processo ensino aprendizagem, com encaminhamentos comuns a todos os professores da turma e específicos por disciplina e ou aluno. Neste momento há também a definição de encaminhamentos pela direção e ou equipe pedagógica. Após o Conselho é entregue aos professores uma síntese das ações comuns para enfrentamento dos problemas apontados na ficha que deverão ser aplicadas por todos ao longo do bimestre.

A problematização da pesquisa está justamente aí. Depois de um raio x feito entre professor e pedagogo sobre o desempenho individual do aluno, depois da análise da turma e da definição de metas para serem alcançadas ao longo de um bimestre, o que acontece entre a execução e a reavaliação destas mesmas turmas que no Conselho seguinte apresentam o mesmo quadro diagnóstico? Assim, as próximas questões da entrevista estão voltadas para o uso da ficha e sua aplicação na sala de aula e no planejamento. Os objetivos destas últimas perguntas eram identificar se os professores consideravam a ficha importante, qual sua finalidade frente aos resultados do Conselho de Classe e se utilizam a mesma no decorrer do bimestre. Pelas respostas dadas observa-se que a maioria (28) aprova o preenchimento da ficha como forma de avaliar o trabalho, prevenir injustiças, fazer um diagnóstico e também como auxílio na avaliação. Para o professor a ficha serve como um documento de comprovação do desempenho do aluno. Apenas três dos entrevistados disseram não utilizar a ficha, dois utilizam com pouca regularidade, apenas para pressionar o aluno a estudar mais e um professor não respondeu. Alguns professores abordaram a importância da mesma no desenvolvimento do Conselho de Classe.

Professor H "o preenchimento da ficha é de suma importância, pois tem como finalidade orientar o Conselho de Classe, além de ser através da mesma

que se pode analisar alunos com problemas de aprendizagem”.

Professor P 3 *“é importante preencher a ficha porque ela norteia os encaminhamentos e as tomadas de decisões no Conselho de Classe”.*

Apenas um professor faz uma ressalva quanto a importância do preenchimento da ficha, diz ser importante desde que seja com seriedade. Acredita que nem todos os seus pares estão preparados para avaliar o cotidiano do aluno.

A última pergunta feita está relacionada à objetividade do Conselho de Classe. Dos professores entrevistados, dez acreditam que o Conselho de Classe realizado na escola onde atuam atinge seu objetivo, sete dizem que não. Onze acham que em parte atingem os objetivos e os demais não sabem. Apenas um professor não respondeu a esta questão. Embora o Conselho seja visto como grande auxiliar do professor pela maioria, constata-se que essa mesma maioria acredita que ele alcança só em partes seu objetivos. Alguns são extremistas ao afirmarem que não. Isso demonstra que mudanças são necessárias para se chegar a um denominador comum. Importante ressaltar que os que responderam que sim valorizam a troca de experiências, as idéias lançadas e as medidas tomadas em conjunto. Analisando as respostas dadas pelo corpo docente fica claro que eles não apresentam problemas quanto ao conceito de Conselho de Classe, pelo contrário trazem nos seus discursos uma concepção teórica clara de Conselho, porém pelas respostas dadas à última pergunta se o Conselho atinge o seu objetivo pelas respostas observa-se que a prática dos professores está um pouco distante da teoria, embora eles mesmos reconheçam isso. Ao que parece o Conselho é a finalização de todo o trabalho e a indicação de uma meta cumprida, porém as decisões tomadas em conjunto dividem responsabilidades e providências.

A voz das pedagogas

As três pedagogas entrevistadas mantiveram coerência em todas as perguntas e têm uma concepção de Conselho de Classe de análise do desempenho dos alunos e do professor e entendem que no processo de avaliação do aluno o Conselho analisa o rendimento escolar e as dificuldades e na avaliação da escola ele é útil na medida em que identifica dificuldades e define intervenções, quer sejam individual quer sejam coletiva quanto ao

processo ensino aprendizagem. Entendem também que o pré-conselho adotado pela escola é importante porque ajuda a agilizar o Conselho e registra o embasamento para a conversa com os pais, além de servir como parâmetro para o trabalho do professor. Quanto aos problemas que prejudicam o preenchimento da ficha, são unânimes em citar o descompromisso de alguns e a falta de conhecimento da realidade. O que leva ao preenchimento infiel. Concordam também que o Conselho até hoje ainda não atingiu no total os seus objetivos, primeiro porque a prática muitas vezes difere do que ficou decidido em reunião, ou por desconhecimento, ou por descompromisso com a causa. Para elas falta um envolvimento mais efetivo de alguns professores desde o preenchimento da ficha até a seleção das intervenções no momento do Conselho de Classe. Essa falta de envolvimento acaba por comprometer o sucesso deste órgão colegiado.

A voz dos alunos

Os alunos da escola também foram ouvidos sobre o Conselho de Classe. Foram entrevistados trinta alunos sendo dez aprovados por mérito próprio, dez aprovados pelo Conselho de Classe e dez reprovados. Para fazer a seleção destes alunos considerei o ano de 2006 como referência e a 5ª B e a 6ª série B do período matutino e 5ª D e 6ª série D, do período vespertino. Esta experiência de “dar voz” ao aluno, o maior interessado no processo de aprendizagem, permitiu, dentre outros aspectos, analisar através das respostas o quanto é necessário voltar a atenção para a voz do aluno. Qual é o conceito que ele tem de Conselho de Classe, como se dá a sua relação com a aprovação e ou reprovação.

Em linhas gerais os alunos entrevistados foram bastante coerentes em suas respostas, o que não quer dizer comprometimento com o estudo. Para eles o Conselho de Classe existe para avaliar o aluno e aceitam isso como uma simples norma da escola. Ter o nome citado no Conselho, para eles é fato corriqueiro e dá até certa fama. O professor cumpre o seu papel de informar o resultado do Conselho, mas a maioria não apresenta preocupação para que seu nome saia da lista da próxima reunião. Os que foram aprovados pelo Conselho vêem isso como conclusão normal e se dizem merecedores porque estavam na média. Os reprovados apresentaram o mesmo conformismo e têm plena consciência de que a causa está na falta de dedicação, nas notas baixas

durante o período, na falta de estudar e na indisciplina.

As vozes dos diversos atores escolares: professores, pedagogos e alunos revelaram que, teoricamente, conceituam Conselho de Classe denotando o caráter organizacional do mesmo. Embora todos reconheçam a importância do Conselho de Classe na análise do desempenho do aluno e no resultado do trabalho pedagógico do docente, os dados levantados esclarecem que os alunos atribuem ao Conselho de Classe uma responsabilidade que eles não se eximem em se condenar: reprovam pelo Conselho porque não se dedicaram.

Implementação do trabalho

Desenvolver uma proposta de intervenção é essencial quando há uma problemática e essa problemática está interferindo na qualidade da produção da aprendizagem. No decorrer da pesquisa os professores e pedagogos participaram de um estudo tendo como referencial teórico um caderno pedagógico. Este caderno Pedagógico foi organizado em 04 unidades. A lógica para o aprofundamento do estudo teve como ponto de partida Conceituando Avaliação na 1ª unidade; Avaliação e Legislação na 2ª unidade; Avaliação e Reprovação Escolar na 3ª unidade e na última unidade Conselho de Classe e Avaliação. O estudo do caderno pedagógico ao longo de 2008 ofereceu momento de reflexão, aprofundamento teórico sobre temas próximos do Conselho de Classe como avaliação, reprovação e Conselho de Classe, discussão por disciplinas e finalmente momento da elaboração de um plano de ação para cada temática estudada.

A leitura e reflexão de cada unidade aconteceram durante cada encontro pedagógico previsto no calendário escolar.

A primeira temática estudada foi a tão falada avaliação. Os professores fizeram uma revisão de conceitos. Quando questionados sobre suas experiências com a avaliação no ensino fundamental e médio muitos disseram que não houve muito avanço nos instrumentos avaliativos, permanecem os mesmos. Disseram, porém que há um grande esforço dos professores diante das muitas leituras que fazem de acertar e tirar da avaliação o seu estigma de agente classificatório e punitivo. Um professor do grupo fez uma boa reflexão sobre a avaliação e seu objetivo. Disse que no passado a avaliação era apenas a prova e seu objetivo era mostrar o resultado da aprendizagem do aluno, porém hoje a avaliação é um sinalizador para melhorar o trabalho do docente

com vistas a melhoria da aprendizagem do aluno. Realmente a avaliação não pode ficar apenas na constatação como muitas vezes acontecem nos Conselhos de Classe, mas ela deve fornecer subsídios imediatos para corrigir o processo educativo. Paro (2001) observa que a avaliação educativa deve significar precisamente o cuidado com a qualidade do ensino. Ele assim acaba definindo a razão de ser da avaliação.

(...) a razão de ser da avaliação educativa não é a classificação ou a retenção de alunos, mas a identificação do estágio de compreensão e assimilação do saber pelo educando, junto com as dificuldades que este encontra, bem como os fatores que determinam tais dificuldades com vista à adoção de medidas corretivas de ação. (PARO, 2001, p. 40).

Verifica-se que, nesse sentido, para Vítor Paro, o conceito de avaliação toma outros rumos que não é mais de promover uns e reprovar outros, mas fazer um diagnóstico dos resultados e propor medidas para a superação, melhorando, conseqüentemente, a aprendizagem do aluno.

A segunda unidade teve como objetivo refletir sobre a Avaliação/Recuperação prevista na Deliberação nº 007/ 99, Regimento Escolar, no Projeto Político Pedagógico, nas Diretrizes Curriculares e na prática docente. Discutir a prática pedagógica avaliativa à luz da legislação vigente após o estudo dos conceitos apresentados na unidade anterior trouxe resultados positivos, pois durante as discussões foi possível aproximar a teoria da legislação e da prática presente nas diretrizes curriculares e do plano de trabalho docente. Os professores devem ter claro qual é a concepção de avaliação presente tanto no regimento da escola quanto nas diretrizes para desenvolver um trabalho coerente. Todos através da discussão foram unânimes em afirmar que o professor deve considerar a legislação para, a partir da mesma rever suas ações e garantir a aprendizagem. Nesta unidade o que mais gerou polêmica foi fazer uma reflexão sobre a recuperação de estudos previsto na Deliberação nº 007/99.

Na verdade o que é recuperar? É possível recuperar algo que não foi construído. O conceito de recuperação no campo educacional merece atenção, pois o seu conceito é vago. Teoricamente recuperar significa tentar novamente. Em educação significa voltar, garantir o que não aprendeu. A recuperação de estudos é parte integrante do processo de construção do conhecimento e deve

ser entendida como criação de novas situações de aprendizagem. Este mecanismo está colocado à disposição da escola e do professor para garantir a superação da dificuldade diagnosticada pela avaliação.

A Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional e nas Normas Regimentais Básicas para as escolas estaduais em seus princípios e diretrizes garantem aos alunos oportunidades que promovam os avanços escolares.

A recuperação de estudo ainda causa muita discussão. O professor, pedagogo e aluno sabem que consta na legislação, no Regimento Escolar, porém essa recuperação deve ser revista. Da forma como vem sendo executada na maioria das escolas não dá. Ela é apenas mais um estereótipo da avaliação. Vitor Paro (2001, p. 42) afirma que para corrigir o equívoco da reprovação seria preciso considerar o conceito de recuperação do processo de ensino, isso implica em revisão e correção da prática pedagógica.

Paro, (2003) observa que a recuperação não deve ser aplicada para melhorar os dados estatísticos dos aprovados.

A recuperação, em vez disso, deveria ser pensada como um princípio derivado da própria avaliação. Está num processo contínuo e permanente, embutido no próprio exercício de ensinar e aprender, diagnosticaria os problemas e dificuldades que a recuperação, também num processo contínuo e permanente cuidaria de solucionar (ou intentar soluções) pelo oferecimento de novos recursos e alternativas de ação. (PARO, 2001, p. 42)

A recuperação de estudos é mais um mecanismo colocado à disposição da escola, do professor e conseqüentemente do aluno para garantir que as dificuldades encontradas neste ou naquele conteúdo sejam superadas durante o percurso escolar. Para que ela se efetive é necessário entendimento de sua função, objeto de planejamento inserido no trabalho pedagógico, constituindo-se em intervenções imediatas, assim que as dificuldades são constatadas.

A terceira unidade partiu da análise estatística dos resultados em 2003, 2004, 2005 e 2006 sobre aprovação – reprovação – abandono. Analisar a questão da reprovação no processo de avaliação do ensino e da aprendizagem do aluno trouxe certa angústia para os professores. Ao comparar os dados estatísticos referentes a taxa de aprovação perceberam que houve redução da aprovação e expansão da reprovação e do abandono. Atribuíram as causas a diversos fatores desde a família até ao próprio sistema de avaliação.

O tema reprovação escolar está posto pela escola em suas ações como

resultado da falta do aluno conseguir “média” para que seja aprovado. Não é possível falar em reprovação sem abordar a avaliação. É preciso discutir a avaliação no contexto em que ela se realiza, pois uma avaliação seletiva implicará numa reprovação irresponsável. Desta forma não se deve transferir para a avaliação a responsabilidade do fracasso escolar nem isentá-la inteiramente dos resultados uma vez que ela representa um mecanismo através do qual se define o sucesso ou insucesso do aluno.

Para Esteban (1999, p.7) “qualquer reflexão sobre a avaliação só tem sentido se estiver atravessada pela reflexão sobre a produção do fracasso/sucesso escolar no processo de inclusão/exclusão social”. Arroyo (2000, p.13), afirma que nas últimas décadas instaurou-se tanto no ensino privado, como no público uma “indústria da reprovação”. Desta forma, ao invés de o professor se preocupar com a aprendizagem deste aluno vale a cultura da reprovação e o aluno sem ser recuperado fica com o pé na rua, ampliando os dados estatísticos da evasão escolar.

Segundo Vasconcellos (1998, p.17), a temática da avaliação é importante, pois traz repercussões negativas como a evasão e os altos índices de reprovação. Para ele, a importância se deve ao fato de que a avaliação pode contribuir para a “construção de uma escola democrática e de qualidade para todos”.

Segundo Vasconcellos (1994) há uma determinação social que projeta para a escola a função reprovatória como saída. Assim, professores, pedagogos, direção e até pais, assimilaram esta determinação social e consideram que a escola deve reprovar e que reprovação é uma coisa tão normal quanto aprovação. Nem todos devem ser aprovados, pois não tem nota e nem todos aprenderam.

O contexto criado para avaliar e classificar, para promover e reter é da nossa competência profissional. É um desafio e a atividade pedagógica que se dá na escola deve buscar meios de mudar este quadro. Analisar as estatísticas sobre retenção, defasagem, idade-série deve ir além de um simples olhar, de buscar justificativas para estes dados. Deve promover mudança de foco e deixar de considerar apenas o aluno como elemento de culpabilidade, pois a punição só recai sobre ele, seu pouco esforço, seu desajuste, sua falta de inteligência.

O retorno do que se ensina é que se classifica em aprovação e reprovação, por isso é preciso cuidado na hora de avaliar. Repensar a ação avaliativa é trabalhar a favor da aprovação. No momento da elaboração do plano de ação para concluir a 3ª unidade os professores citaram que para reverter esta situação é preciso uma ação conjunta onde todos os envolvidos se sintam co-responsáveis para que os resultados sejam positivos.

Na última unidade o assunto em estudo foi o Conselho de Classe. O objetivo que pautou esta unidade foi refletir sobre o Conselho de Classe, seu objetivo, sua organização, seu caráter avaliativo e seus resultados. Nesse processo coletivo de avaliação todos os participantes têm condições de analisar de forma global o aluno e assim estruturar o trabalho pedagógico apontando encaminhamentos comuns para superar dificuldades de leitura, escrita e compreensão em todas as disciplinas, além de definir estratégias de ação para recuperar as dificuldades específicas por disciplina. Os professores que participaram do estudo do caderno pedagógico concordam que a prática do Conselho de Classe não se efetua concretamente e reconhecem que eles mesmos têm responsabilidade sobre essa ineficiência, pois ao retornar para a sala de aula retomam a rotina didática de vencer os conteúdos do plano de trabalho e se esquecem de considerar durante todo um bimestre as intervenções definidas no coletivo. A falta de tempo, os desencontros entre os critérios para atingir os objetivos são apontados também como responsáveis pela inoperância do Conselho de Classe. Apontam também para a falta de ação da equipe pedagógica que não oferecem atendimento necessário por estarem constantemente resolvendo conflitos ocasionados em sala em virtude da indisciplina.

Para concluir o estudo apresentaram como plano de ação propostas práticas para que as intervenções propostas no Conselho de Classe aconteçam no dia a dia da sala de aula levando os alunos a superarem as suas dificuldades.

Uma análise mais detida do estudo a partir do caderno pedagógico vai ao encontro do objetivo central do trabalho. De qualquer modo, o importante a registrar aqui é o enriquecimento do estudo e da reflexão possibilitado pela análise, leitura, discussão e plano de ação. Esta breve síntese do trabalho com o material didático teve o propósito de aproximar a pesquisa feita com os professores e pedagogos e o estudo que aconteceu ao longo destes oito

meses.

Considerações finais

Esta pesquisa surgiu de uma preocupação com o Conselho de Classe, da necessidade de compreender porque seus objetivos nem sempre são alcançados. Consegui diante da análise dos dados, da implementação do trabalho através do estudo do caderno pedagógico alcançar os objetivos propostos no início da elaboração do plano de trabalho, porém, por ser o Conselho de Classe um tema que traz ainda muita discussão merece mais estudos.

Fazer uma leitura e uma reflexão do material teórico e da legislação, foi de suma importância para aproximar a teoria da prática e melhor compreender a razão de ser do Conselho de Classe como um órgão consultivo dentro do sistema escolar. Para que ele tenha eficácia é necessário um planejamento por parte da gestão e da equipe pedagógica a fim de definir as metas a serem cumpridas. Sendo um espaço coletivo de avaliação onde participam do mesmo todos os professores da turma, pedagogos e direção é dever de todos dividir as responsabilidades e assumir o papel que lhe cabe. Nesse sentido a parceria deve ser estabelecida no momento que são definidas as ações a serem implementadas. Para que isso aconteça os educadores precisam ter clareza para conduzir o trabalho pedagógico que vai desde a seleção dos conteúdos, definição dos objetivos até a sua execução por meio de uma metodologia. Os professores, que são os envolvidos direto no processo devem acreditar numa educação que transforma e que o Conselho de Classe é o espaço privilegiado para uma reflexão pedagógica servindo para reorientar o trabalho do docente e do aluno. Vasconcellos (1994 p. 53) alerta que qualquer mudança na realidade escolar requer uma modificação de mentalidade e esta não pode se resumir apenas ao discurso, requer dos envolvidos uma mudança de prática. Para que isso aconteça professores, pedagogos e direção devem assumir um posicionamento pedagógico claro onde as responsabilidades sejam divididas. A falta de articulação coletiva frente às intervenções e ações em sala de aula acaba comprometendo o trabalho de todos.

O papel do Conselho é justamente esse, tornar dinâmico o processo de avaliação por meio da análise dos participantes e estabelecer no coletivo, meios para a superação das dificuldades quer sejam de aprendizagem, de

relacionamento dentre outros. Estudar os resultados é o primeiro momento coletivo de análise deste órgão colegiado. Com a ficha de acompanhamento bimestral preenchida no pré-conselho da escola pesquisada, é possível descrever e problematizar a realidade da sala de aula, interpretar os resultados da aprendizagem de forma crítica, aproximar este resultado da prática do professor e propor alternativas de ação. Este é o grande momento coletivo.

Rocha (1984) comenta que um dos objetivos do Conselho de Classe é justamente de propiciar o conhecimento profundo do aluno, por ser o momento em que todos os professores de uma turma se encontram, numa situação profissional. Isso acontece no interior da escola pesquisada, porém há uma falta de posicionamento pedagógico de alguns professores.

A análise dos dados a partir das entrevistas e das reflexões oportunizadas pelo estudo do caderno pedagógico apontou que embora teoricamente os Conselhos de Classe realizados na escola acontecem conforme previsto no regimento escolar e no Projeto Político Pedagógico, falta muito ainda para que o momento do Conselho de Classe possa ser um espaço legitimador da avaliação. O estudo evidencia a necessidade de um maior envolvimento de todos os membros do colegiado, por parte do docente na consolidação das ações em sala de aula, por parte da equipe, que muitas vezes, não desenvolve o seu trabalho em razão dos problemas ocasionados devido a indisciplina e outros problemas e por parte da direção que é quem conduz todo o Conselho promovendo a discussão.

O estudo em questão não se esgota aqui, há muito a se fazer. O primeiro passo é mesmo a conscientização dos professores, em sua totalidade. A seriedade do trabalho do professor contribui para o real desenvolvimento do aluno. Continuar buscando melhorias, acreditar no trabalho e se empenhar para um bom resultado são objetivos que devem nortear sempre o trabalho de todos os professores. Essa conscientização exige esforços de todos no sentido de estarem continuamente avaliando o processo de aprendizagem dos alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M. **Fracasso**-Sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. In: ABRAMOWICS, A. E Moll, J. (orgs.) **Para Além do Fracasso Escolar**. Campinas, Ed. Papyrus, 2000, 3ª edição, pp.11-26.

CRUZ, Carlos H. C. **Conselho de Classe e participação**. Revista de Educação AEC. Brasília, DF: AEC do Brasil, nº. 94, jan./mar 1995, p. 11 – 136.

ESTEBAN, M. T. A Avaliação no Cotidiano Escolar. In: ESTEBAN, M.T. (org.) **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro, DP&A Editora, pp.7-28, 1999.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Trabalho escolar e conselho de classe**. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1996. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico).

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Conselho de Classe e avaliação** - perspectivas na gestão pedagógica da escola **3**. ed. Campinas: Papyrus, 2006. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico).

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**/José Carlos Libaneo. 5. ed. revista ampliada – Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LUCKESI, Cipriano Carlos, **Avaliação de aprendizagem escolar: estudos e proposições**/ Cipriano Carlos Luckesi. – 17. ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: 1986.

PARO, V. H. **Reprovação Escolar - renúncia à Educação**. São Paulo, Ed. Xamã, 2001.

ROCHA, Any Dutra Coelho da. **Conselho de Classe: burocratização ou participação**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1984.

SANT'ANNA, Ilza Martijns **Por que avaliar? : Como avaliar? : critérios e instrumentos**/ Ilza Martins Sant'Anna. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

PARANÁ, Conselho Estadual de Educação. **Deliberação nº 007/99, de 09 de abril de 1999**. Normas Gerais para avaliação do aproveitamento escolar, recuperação de estudos e promoção de alunos, do sistema estadual de ensino, em nível do ensino fundamental e médio. Relatores: Marília Pinheiro Machado de Souza e Orlando Bogo.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Avaliação: Concepção Dialética Libertadora do**

Processo de Avaliação Escolar. Cadernos Pedagógicos do Libertad, v.3. São Paulo, Libertad, 1994.

Superação da Lógica Classificatória e Excludente da Avaliação - Do “é proibido reprovar” ao é preciso garantir a aprendizagem. Cadernos Pedagógicos do Libertad, v. 5. São Paulo, Libertad, 1998. 2ª edição.